

DIRECTOR E PROPRIETARIO: ISABEL DO CARMO • REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Castilho, n.º 70 - LISBOA • Ano III I • N.º 106 29-4-77 • SEMANAL • PREÇO: 1\$50 AVENÇA

Revolução



1º DE

MAIO

DE UNIDADE E LUTA

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

1.º de maio

POR UM 1.º DE MAIO

O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

A situação de crise económica em que Portugal se tem afundado tem antes de tudo uma consequência — o aumento do custo de vida — o qual não pesa sobre as bolsas da burguesia, mas sim sobre as bolsas dos trabalhadores.

Este aumento do custo de vida, que tem sido uma das características do actual Governo, deve-se à recuperação capitalista que tem sido levada a cabo pelo Governo PS. Este Governo tudo tem feito para roubar aos trabalhadores o que por estes foi conquistado e para repor nas mãos da burguesia nacional e internacional aquilo que a esta tinha sido retirado pelas lutas dos trabalhadores portugueses. Entre estes dois lados da batalha, o dos trabalhadores e o do Imperialismo, o Governo PS tem escolhido sem hesitações o último.

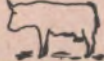
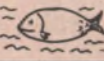
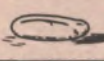
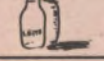
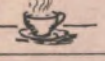
Se o peixe e a carne estão a um preço insuportável para os trabalhadores, se o leite e o pão aumentam de preço, se todos os géneros alimentícios ao fim e ao cabo aumentam dia a dia, é porque a Agricultura, as Pescas e a Indústria não são pensadas e planeadas no sentido de beneficiarem os trabalhadores, mas são-no, sim, no sentido de serem totalmente recuperadas pelo sistema capitalista.

Sabemos que os sacrifícios seriam necessários num período de transição para o Socialismo em que toda a economia estaria em fase de reconstrução no sentido socialista revolucionário. Mas esses seriam sacrifícios de todos e por um futuro diferente. Hoje quem se sacrificam são só os trabalhadores e sabem que por este andar os espera um futuro sempre pior.

descarada. Mário Soares bate à porta dos vários países do Imperialismo, tanto na Europa como na América, pedindo a esmola de empréstimos que se fazem à custa da imposição do

domínio económico estrangeiro aqui. E o imperialismo irá impondo condições, como seja a do congelamento dos salários dos trabalhadores portugueses.



	1.º Maio 1975	1.º Maio 1977
	90#00	180#00
	90#00	170#00
	#40	#80
	5#50	13#00
	2#50	7#50

Apresentamos um quadro comparativo dos preços de alguns dos produtos de primeira necessidade em Maio de 1975 e Maio de 1977. Dado que os salários em 1975 estavam já praticamente ao nível a que estão hoje, o quadro é claramente elucidativo do aumento do custo de vida que se tem verificado nos últimos tempos

O IMPERIALISMO

No entanto a situação económica deste país é tão precária que não é pelos benefícios económicos imediatos que o Imperialismo daqui retira que este tem feito um tal esforço para se segurar em Portugal.

O interesse do Imperialismo neste país é de ordem estratégica. O interesse do Imperialismo é sobretudo impedir a Revolução aqui, pois sabe que a existência dum Poder revolucionário em Portugal transformaria a face do mundo, pois contagiaria toda a Europa Ocidental e seria um elo de ligação com os restantes países anti-imperialistas, muito particularmente com as ex-colónias portuguesas. É esse perigo

que o Imperialismo teme e é por causa dele que fará todos os esforços para manter Portugal na sua órbita, mesmo que tenha que ir até ao emprego do fascismo.

E a verdade é que não há meio termo em questões de estratégia internacional. Ou se é anti-imperialista ou se é pró-imperialista. A lógica da economia e a lógica das armas e dos pactos militares é implicável. E Mário Soares e o seu Governo têm escolhido pelo domínio económico do Imperialismo e pelo domínio da NATO, pacto militar de defesa do Imperialismo. Neste domínio, Portugal está à venda e a ingerência do Imperialismo aqui é

A REFORMA AGRÁRIA

A existência de Unidades Colectivas de Produção e de Cooperativas nas zonas de antigos latifúndios significa uma grande conquista dos trabalhadores rurais, que assim deixaram de ser explorados pelos donos das terras. Não significou, no entanto, a socialização, pois que não pode haver ilhas socialistas dentro duma estrutura capitalista. Não há socialização sem os trabalhadores estarem no Poder.

E foi por os trabalhadores não estarem no Poder que a posse das terras não foi irreversível e que foi possível ao actual Governo recuperar para os latifundiários terras ocupadas pelos trabalhadores.

A política do ministro Barreto tem

sido uma política de recuperação capitalista nos campos, tudo fazendo contra os trabalhadores e a favor dos interesses privados. Por outro lado, a política deste Ministério tem tido por objectivo o retalhamento das terras sempre que é possível, transformando trabalhadores rurais em pequenos e médios proprietários, estimulando nos seareiros e rendeiros a defesa da propriedade privada, fazendo tudo para que a Unidade Colectiva não seja uma realidade. A política deste Ministério é anti-socialista. E tal como se comporta em relação à agricultura, de igual modo se comporta este Ministério em relação às pescas, prejudicando pescadores e consumidores, em benefício dos intermediários.

EMPRESAS EM AUTOGESTÃO E INTERVENIONADAS

Estas empresas também não podem ser ilhas socialistas numa estrutura capitalista. É assim que estão a ser afogadas pelo sistema, conduzindo para o desemprego milhares de trabalhadores. A perspectiva do Governo em relação a estas empresas é a da «viabilidade» e a da «rentabilidade» capitalistas e todo o seu esforço e manobras

são feitos no sentido de as recuperarem para as mãos dos antigos patrões.

Para tal tudo têm usado, desde não ser facultado o crédito até à chantagem de pôrem os trabalhadores entre a espada e a parede, tendo que escolher entre o regresso dos patrões e o desemprego.

O DESEMPREGO E OS DESPEDIMENTOS

Atinge meio milhão de trabalhadores despedidos ou sem emprego. A política económica deste Governo tem conduzido ao encerramento de empre-

sas nacionais e estrangeiras, sem que se abra qualquer perspectiva aos trabalhadores despedidos.

A enorme percentagem de desem-

DE UNIDADE E LUTA

pregados entre os trabalhadores faz com que em cada família, para além das consequências dos baixos salários e do aumento do custo de vida, se faça sentir o peso daqueles que não têm trabalho, mas que têm que comer.

E isto deve-se a uma política em que a planificação não é feita no sentido do pleno emprego, no sentido da reorganização da economia pensando

antes de tudo nos interesses dos trabalhadores.

A existência deste enorme exército de desempregados faz também e sobretudo com que o patronato saiba que isso lhe faculta uma mão-de-obra barata, visto que os trabalhadores acabam por ter de escolher entre baixos salários e a ausência total de salários, optando pelos primeiros para não morrer de fome. É esta a lógica capitalista.



res antifascistas que estando ainda no actual poder são ameaçados pela direita e por isso mesmo são aliados dos trabalhadores.

É o momento de estarmos abertos

a uma larga força antifascista, onde os trabalhadores pela sua força tenham a hegemonia, e que constitua um impedimento ao avanço do fascismo.

O PERIGO DO FASCISMO

Mas os trabalhadores sabem que enquanto puderem vão resistindo a estas condições. E o Poder também o sabe. É por isso que a todo o momento o Poder reforça as chamadas forças da ordem, para poder vir a exercer a repressão de que necessita sobre os trabalhadores. Mas para poder exercer essa repressão com toda a eficácia o Poder terá que destruir sindicatos, partidos de esquerda, comissões de trabalhadores e moradores. Vai ter que proibir reuniões, manifestações, a liberdade de expressão. E isto não lhe vai ser fácil. Para isso necessita de criar um regime fascista.

É a ameaça desse regime fascista que hoje pesa sobre as cabeças dos trabalhadores portugueses.

Mas antecedendo o regime fascista, embora abrindo o caminho para ele, virão governos mais à direita, nomeadamente o chamado governo presidencialista, isto é, um governo que, à maneira dos Estados Unidos e doutros países capitalistas, depende essencialmente do presidente da República. A posição em que foi colocado o actual Governo durante as comemorações do 25 de Abril anuncia o seu fim próximo por já não servir totalmente os interesses capitalistas.

CONTRA AS CEDENCIAS CONTRA O PACTO SOCIAL

Perante a recuperação capitalista, perante o avanço da direita, perante a ameaça fascista, os trabalhadores têm que resistir e lutar. Não podem ceder.

E no entanto são as vozes que fazem a propaganda da cedência e que procuram criar a ilusão nos trabalhadores de que cedendo acalmam a fúria repressiva do Poder, na esperança de virem a conquistar posições mais tarde. Este é um erro que os

trabalhadores não podem cometer porque cada metro que cedem corresponde a uma vitória do inimigo.

Nem nas fábricas, nem nas casas ocupadas, nem nos campos, os trabalhadores podem ceder. Todos os lugares que perdem não voltam a ser recuperados dentro da situação actual. A política da cedência, a política do Pacto Social, é uma política de derrota. E os trabalhadores podem e devem seguir uma política de unidade e luta.

UNIDADE E LUTA

A chave da vitória para os trabalhadores reside na sua unidade. Os trabalhadores têm que estar unidos à volta dos seus interesses comuns passando por cima dos sectarismos de grupo. Os trabalhadores têm que ultrapassar as divisões partidárias que dividem alguns milhares de trabalhadores para chegar à unidade das massas que são os interesses da sua classe. Os trabalhadores têm que lutar contra o partidarismo que muitas vezes divide os trabalhadores como se tratasse de adeptos de clubes de futebol diversos. O partido tem que servir para

organizar a vanguarda dos trabalhadores, mais conscientes, e não pode servir para os dividir e separar dos outros.

A unidade é fundamental para a unidade da classe trabalhadora. Mas a esta unidade dos trabalhadores entre si tem que se juntar uma unidade mais ampla, uma unidade que abarque todos os antifascistas consequentes.

A verdade é que a situação actual traz para o lado dos trabalhadores e como seus aliados muitos sectores para quem o fascismo é uma ameaça real. Entre estes contam-se os milita-

1.º DE MAIO — SEU SIGNIFICADO

Desde 1890 que o dia 1.º de Maio é considerado dia de luta do operariado internacional. Qual o significado desta data e porquê a escolha deste dia?

Na sequência da luta desenvolvida pelo proletariado norte-americano para a conquista dum dia das suas reivindicações — a jornada de trabalho de 8 horas — a Federação dos Trabalhadores dos EUA e Canadá apela para a greve geral em 1 de Maio de 1866.

Chegada a data prevista, o movimento grevista alarga-se mais e mais e a repressão brutal sobre os operários não se faz esperar.

A 3 de Maio é organizada uma manifestação pelos operários de uma fábrica de Chicago, despedidos por solidariedade para com os delegados sindicais. No decorrer da manifestação a Polícia intervém violentamente, disparando a matar, assassinando um operário e ferindo centenas de outros. Como resposta os operários convocam para o dia seguinte um comício, no decorrer do qual se viriam a dar confrontos sangrentos: a Polícia intervém mais uma vez, uma bomba é atirada, não se sabe por quem, matando alguns polícias e gerando o pânico. Segue-se um confronto a tiros de espingarda e revólver. A repressão seria brutal — são feitas prisões em

massa, há cinco condenações à morte e duas a prisão perpétua.

No entanto a luta pela jornada de 8 horas iria continuar nos EUA, e dar origem a grandiosas manifestações e greves em vários Estados, nomeadamente entre 1873 e 1877.

Em 1890 a Convenção Operária de S. Luís convoca para o dia 1.º de Maio uma nova manifestação, também pelas 8 horas de trabalho diárias.

Entretanto o Congresso de Paris em Junho de 1889, tendo em conta o significado dos acontecimentos de Chicago e a repercussão que tiveram no proletariado europeu, decide escolher o dia 1.º de Maio como dia internacional de luta do proletariado.

É assim que desde então este dia tem sido comemorado pelos trabalhadores, nos mais diversos países e sob os mais distintos regimes políticos, muitas vezes sob violenta repressão policial, tal como em Portugal, durante o fascismo, caracterizando-se sempre por poderosas manifestações de unidade e luta, apesar das tentativas que a burguesia sempre tem feito para transformar o 1.º de Maio numa jornada de festa insignificante, retirando-lhe o seu sentido de luta anticapitalista.

1.º de maio

O 25 DE ABRIL, OS TRABALHADORES E O PRESIDENCIALISMO À VISTA

Podemos em traços gerais caracterizar o 25 de Abril de 77, no contexto político em que aconteceu, essencialmente a partir de dois factores:

1 — As jornadas de festa, unidade e luta que reuniram de Norte a Sul do país milhares de trabalhadores e revolucionários opondo-se ao avanço do fascismo e à recuperação capitalista. Ainda aqui é indispensável distinguir as manifestações partidárias, as jornadas recuadas conduzidas pelo reformismo, daquelas jornadas de luta levadas a cabo em vários pontos do país. O PRP no seu apoio foi claro, privilegiando as manifestações de unidade e luta, convocadas pelas organizações populares de base, por sindicatos e comissões unitárias, manifestações independentes e autónomas do actual poder burguês firmes na sua oposição a esse poder.

2 — As paradas oficiais, mais comemorativas do 25 de Novembro do que do 25 de Abril, a clara ameaça dos instrumentos de guerra e repressão em desfile, assim como o significativo discurso de Ramalho Eanes proferido na Assembleia da República.

É sobre este que, fundamentalmente, nos vamos debruçar.

O actual Presidente da República foi suficientemente claro na explanação das suas ideias e só os cegos, os idealistas ou os traidores se recusam a compreender o verdadeiro alcance e a gravidade das «soluções» que o poder nos pretenderá impôr nos próximos tempos.

Quando Ramalho Eanes fala na «violência dos marginais da política» e na possibilidade de vir a adoptar «medidas de excepção adequadas», está, certamente e em grande parte, a referir-se aos trabalhadores e aos revolucionários.



Quando Eanes diz que «o 25 de Novembro permitiu que a Constituição da República viesse a definir os objectivos, as metas e os caminhos que hão-de guiar o povo português», e que «será quere-la inútil pretender basear na Constituição novas guerras de disputa de poder» está a pretender colocar o golpe reaccionário de 25 de Novembro como obstáculo de princípio à defesa das grandes conquistas dos trabalhadores que as próprias leis elaboradas pelo parlamento burguês tiveram que reconhecer. O PCP, Melo Antunes e todos os defensores da Constituição, foram, assim, advertidos. Mas Eanes vai mais longe exigindo que a Assembleia da República tome medidas contrárias às actuais disposições legais que impedem o exercício da repressão.

No discurso a que nos estamos a referir é asperamente criticada a «ineficiência» da Assembleia da República, nomeadamente pela ausência de leis anti-trabalhadoras, como sejam as referentes à regulamentação do direito à greve. Os únicos produtores de toda a riqueza — os trabalhadores — são aqui tratados como sabotadores económicos. Em contrapartida, o regresso dos quadros reaccionários e as indemnizações aos capitalistas são factos tidos por Eanes como indispensáveis ao «desenvolvimento do país».

Assim como no discurso de Eanes é posta em causa a própria Assembleia da República, o governo PS leva um importante atestado de incapacidade e é, na prática, demitido. O discurso do Presidente da República contém um ultimato ao governo PS. Mas Mário Soares faz não compreender e, no seu já tão habitual palavreado balofado, diz «não enfiar a carapuça», à semelhança daquilo que aqui há uns tempos afirmara também de que não haveria remodelação governamental.

Finalmente, para terminar, diremos que, quando Ramalho Eanes afirma que «recusa demitir-se das suas responsabilidades» e ataca a Assembleia da República e o governo PS, o que está em causa a curto prazo é a possibilidade de estabelecimento de um sistema presidencialista, ainda mais nocivo aos interesses dos trabalhadores em termos de repressão e de recuperação capitalista assim como de maior abertura ao golpe fascista.

Finalmente, para terminar, diremos que, quando Ramalho Eanes afirma que «recusa demitir-se das suas responsabilidades» e ataca a Assembleia da República e o governo PS, o que está em causa a curto prazo é a possibilidade de estabelecimento de um sistema presidencialista, ainda mais nocivo aos interesses dos trabalhadores em termos de repressão e de recuperação capitalista assim como de maior abertura ao golpe fascista.

Finalmente, para terminar, diremos que, quando Ramalho Eanes afirma que «recusa demitir-se das suas responsabilidades» e ataca a Assembleia da República e o governo PS, o que está em causa a curto prazo é a possibilidade de estabelecimento de um sistema presidencialista, ainda mais nocivo aos interesses dos trabalhadores em termos de repressão e de recuperação capitalista assim como de maior abertura ao golpe fascista.

Finalmente, para terminar, diremos que, quando Ramalho Eanes afirma que «recusa demitir-se das suas responsabilidades» e ataca a Assembleia da República e o governo PS, o que está em causa a curto prazo é a possibilidade de estabelecimento de um sistema presidencialista, ainda mais nocivo aos interesses dos trabalhadores em termos de repressão e de recuperação capitalista assim como de maior abertura ao golpe fascista.

Pescadores em luta pesca do alto continua parada

Mais de 700 trabalhadores das pescas do alto continuam paralizados, desde que, há cerca de dois meses, por falta de renovação do acordo entre os Governos de Portugal e da Mauritânia, os navios portugueses tiveram de abandonar as águas deste país onde efectuavam a sua faina pesqueira.

Posteriormente o acordo foi renovado, tendo-se comprometido o Governo Português a ceder 80 000 contos à Mauritânia, como aluguer dos seus pesqueiros para que os arrastões portugueses neles pudessem continuar a operar.

Contudo esse depósito nunca foi efectuado, o que implicou a continuação da interdição levantada por aquele país.



Os pescadores em plenário discutem os problemas do seu sector

Os trabalhadores apresentam um plano elaborado por eles, em que,

além de dar prioridade à saída da frota, contém propostas de saneamento económico e financeiro do sector, propõe preços compensadores à produção, e defende a necessidade de uma empresa pública de distribuição e comercialização do pescado e a urgência de uma reestruturação dos sectores de apoio à frota.

Com uma correcta coordenação da distribuição e venda, os preços do peixe desceriam para metade do que agora se pratica, o que iria beneficiar os milhões de consumidores que o

adquirem, mas iria prejudicar, naturalmente, o sector intermediário, único que lucra com o actual sistema, que, aliás, funciona ainda nos moldes adoptados por Tenreiro. Contudo o Governo está apostado em defender este sector intermediário, e fazer recair o preço dessa sua política sobre os trabalhadores das pescas e sobre os consumidores.

Assim, numa reunião realizada na passada quarta-feira entre o secretário de Estado das Pescas e o Grupo de Trabalho representativo dos trabalhadores do sector, Sindicato Livre dos Pescadores, Comissões Administrativas e Comissões de Luta, aquele representante do Governo apresentou uma proposta altamente lesiva dos interesses dos trabalhadores e que se resume no seguinte:

— Apenas 26 navios continuarão a pescar nas águas da Mauritânia, incluindo-se neste número todos os barcos pertencentes a empresas privadas; serão estabelecidas metas de

produção anuais para cada tipo de navio;

— As tripulações serão reduzidas;

— Será suspensa a Contratação Colectiva e arranjado um novo esquema;

— Os navios terão obrigatoriamente que sair a qualquer hora do dia e da semana.

O Governo ameaça os trabalhadores que não depositarão a quantia exigida pela Mauritânia se estes não aceitarem estas ou semelhantes medidas. É notável, nesta atitude, a hipocrisia da «recuperação económica», pois os prejuízos resultantes da inatividade da frota orçam já os 120 000 contos...

A proposta governamental está a ser analisada pelos trabalhadores que irão apresentar uma contraproposta, e, em face da posterior posição do Governo, tomarão as medidas que julgarem adequadas, e que poderão ir até ao bloqueio da barra de Lisboa, utilizando os barcos que o Governo força a estarem parados nas docas.